



estudos e  
relatórios

**Conselho Nacional de  
Educação**

**Conselho Nacional de Educação**

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa  
Portugal

**www.cnedu.pt**

cnedu@mail.telepac.pt

tel.: + 351 21 793 52 45  
fax: + 351 21 797 90 93



A Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos

estudos e relatórios

**A Educação das Crianças  
dos 0 aos 12 Anos**

Manuel Sarmento<sup>3</sup>

O desafio de integrar este grupo colocou-se-me, basicamente, no sentido de tentar perceber o que é que mudou na infância em Portugal no decurso dos vinte e dois anos que vêm desde a Lei de Bases do Sistema Educativo. Havia a consciência de que essas mudanças eram importantes, eram significativas.

A Lei de Bases havia sido pensada, preparada e proposta para uma condição específica da infância, que sofreu alterações em vários dos seus domínios e, portanto, o desafio consistia exactamente em perceber quais eram esses domínios em que as alterações se verificaram e quais as suas implicações do ponto de vista da construção das políticas educativas.

A primeira e mais importante mudança que se verifica de há vinte anos a esta parte é a diminuição muito significativa do número de crianças em Portugal. Se considerarmos a franja etária dos 0 aos 18 anos, Portugal perdeu 1 milhão de crianças no espaço de vinte e poucos anos. Não temos no nosso sistema estatístico a possibilidade de saber quantas crianças de 0 a 12 anos existiam em 1986 e quantas existem hoje. Os números mais próximos referem-se ao grupo dos 0 aos 14 anos, pois é exactamente nesse grupo etário que o Instituto Nacional de Estatística elabora os seus dados e, mesmo aí, essa diminuição é significativa. No Censos de 1981 havia 2,5 milhões de crianças,  *grosso modo*; em 2006 há 1,6 milhões de crianças, o que significa, portanto, uma perda de 900.000 crianças no espaço de vinte e poucos anos, nesta franja etária dos 0 aos 14 anos.

É claro que tudo isto está relacionado com o envelhecimento da população, há uma alteração da pirâmide etária – na verdade, não se pode falar hoje em pirâmide etária, provavelmente a metáfora mais apropriada seria o “cilindro etário”. Em consequência do aumento da esperança de vida e da diminuição do índice técnico de fertilidade e da taxa de natalidade, há uma relação entre gerações que se alterou

<sup>3</sup> Professor Associado do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

profundamente e pela primeira vez – este é um dado já posterior ao nosso relatório, divulgado muito recentemente – no ano passado nasceram menos crianças do que as pessoas que morreram no nosso país.

Portanto, há um desequilíbrio demográfico que é uma tendência que se vem marcando desde os anos 1970, mas que se acentuou muito significativamente, neste espaço de tempo. Mas não são apenas os indicadores demográficos que manifestam essa mudança, há outras mudanças significativas e importantes. O relatório neste capítulo detém-se sobre as mudanças demográficas, legislativas, sociais, culturais e simbólicas. Evidentemente, não vos vou maçar com um conjunto muito vasto de dados que foram compilados, coligidos e que sinalizam esse processo da transformação da condição de infância em Portugal; apontarei um ou outro, em cada um destes itens, para avançar para as conclusões e para as consequências que advêm para a da construção das políticas educativas.

Do ponto de vista legislativo, 1986 é um ano importante do ponto de vista da condição social dos portugueses em geral e da infância em particular, não apenas pela aprovação da Lei de Bases, mas também pela entrada de Portugal na União Europeia. E é curioso que esses dois momentos, aliás simbolicamente marcados por se terem realizado em grandes espaços históricos do país – no Mosteiro dos Jerónimos a adesão à União Europeia, e a ratificação da Lei de Bases, na primeira presidência aberta do Presidente Mário Soares, junto do Castelo de Guimarães, nos Paços dos Duques de Bragança – assinalam exactamente aquelas que são as tendências estruturantes da sociedade contemporânea. A globalização e a individualização institucionalizada.

A globalização, manifesta na adesão de Portugal à Europa comunitária, tem o seu contraponto complementar na aposta num individualismo institucionalizado, próprio de uma *sociedade dos indivíduos* como dizia o Norberto Elias, através dum incentivo da formação prolongada e da construção de competências individuais

adequados ao jogo social nessa sociedade que coloca nos indivíduos (e já não, predominantemente, nas instituições) a chave da vida social.

Mas não apenas a Lei de Bases em 1986 e a adesão à União Europeia marcam, do ponto de vista normativo e legislativo, a infância em Portugal: há todo um conjunto de diplomas fundamentais que nos últimos vinte anos efectivamente assinalaram uma evolução significativa, designadamente as medidas de protecção de crianças, como a Lei Tutelar Educativa e a Lei de Protecção de crianças e jovens; a criação de programas direccionados para fenómenos específicos como o PETI, Programa de Combate à Exploração do Trabalho Infantil ou o Programa Ser Criança ou ainda o Programa de Intervenção Precoce; a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar, que é também um documento estruturante na configuração da infância contemporânea em Portugal; a Lei da Adopção e, já agora, a última medida importante: a criminalização dos castigos corporais contra crianças com a alteração do Código Penal, designadamente no seu artigo 152º.

No entanto, essas mudanças legislativas não são compassadas por uma evolução social que permitisse condições de maior conforto para todas as crianças. Os indicadores de conforto da população evoluíram significativamente, mas não para todas as crianças, na exacta medida em que se agravaram factores de desigualdade social. E esta é uma situação paradoxal, provavelmente não exclusiva da sociedade portuguesa, mas com importância na sociedade portuguesa e com implicações sérias na infância. De facto, as crianças estão, genericamente, melhor em todo o mundo e em Portugal também, mas há crianças que vivem em situações mais depauperadas, em consequência desse aumento das desigualdades sociais. Um indicador importante nesse domínio é o facto de a pobreza infantil em Portugal ser superior à pobreza da população em geral. Há 23% de população infanto-juvenil em situação de pobreza, face aos 20% da população em geral.

Um outro dado social importante é o aumento (aliás exponencial) dos processos abertos pelas Comissões de Protecção de Crianças e

Jovens referentes a situações de negligência e maus-tratos. Esse aumento é, simultaneamente, o sintoma de uma maior visibilidade, correspondente à evolução do olhar da sociedade portuguesa e da forma de intervenção da sociedade portuguesa perante o mau trato, mas, também, provavelmente exprime o incremento dos maus tratos a crianças, no quadro do agravamento da violência doméstica e intra-familiar. Não é por acaso, aliás, que um relatório fundamental da UNICEF coloca Portugal entre os países que têm práticas continuadas de mau trato, sobretudo intra-familiar, que não foram ainda devidamente combatidas.

Em suma, os indicadores sociais caracterizam-se por esta situação paradoxal: aumento das medidas sociais, das políticas públicas, do quadro legislativo, dos indicadores de conforto em geral, mas agravamento das desigualdades, com consequência para o agravamento da situação das crianças mais desprotegidas.

Do ponto de vista cultural, a influência da indústria cultural junto das crianças – dos programas de televisão, dos jogos de vídeo, de todos os produtos que são inerentes a essa indústria cultural – intensificou-se muito significativamente. Mas não apenas esses produtos são hoje mais disseminados, também os serviços para crianças são fundamentais na influência que exercem sobre as crianças contemporâneas. Na verdade, Portugal caracteriza-se, nos últimos anos, por um incremento significativo de serviços para crianças, que têm como consequência um reforço do tempo de vida das crianças sob controlo institucional e, portanto, sob o controlo adulto, com diminuição da autonomia e de verdadeiro tempo livre, isto é, do tempo em que a criança pode experimentar os seus próprios limites, deambular no território, circular no espaço urbano e, de alguma forma, crescer em relação com os seus pares e com a exploração dos lugares de brincadeira, do jogo e da convivência.

Este é um tema importante, que tem vários indicadores. Do ponto de vista simbólico – no quadro das transformações mais gerais da sociedade portuguesa, que têm sido estudadas por Eduardo Lourenço, José Gil, etc. –, as crianças portuguesas, (especialmente nos últimos

cinco anos, de forma muito significativa), têm sido tematizadas numa polaridade dupla, por um lado, como vítimas, vítimas sociais e, por outro, como depositárias da esperança colectiva.

Este foi um tempo em que se intensificou de forma muito marcada o olhar da sociedade sobre a criança como vítima de mau trato, de violência, de agressão, de privação de direitos. O caso Casa Pia é o caso despoletador provavelmente desse olhar. Mas esse caso, tem depois continuidade nos sucessivos casos de crianças assassinadas, normalmente em contexto intrafamiliar (o caso Joana, o caso Vanessa, o caso Catarina, o caso Diogo) e, finalmente, no caso Maddie, que sendo uma criança não portuguesa, mas que desaparecida em Portugal, com toda a história que lhe está associada e que é bem conhecida, exponencia essa imagem da crise social.

Em suma, a vitimização das crianças e a sua apresentação como manifestação de uma crise social é um elemento estruturante da construção simbólica das crianças contemporaneamente. Mas por outro lado, as crianças também são muitas vezes caracterizadas enquanto vitimadoras: têm comportamentos pré-delinquentes, sobretudo quando adolescentes e jovens, além de serem responsabilizadas pelo insucesso escolar – frequentemente as crianças portuguesas são vistas como “culpadas” por terem os piores resultados escolares em matérias como a Matemática e as Ciências. Talvez os acontecimentos da Escola Carolina Michaëlis correspondam ao caso mais exemplificativo dessa outra vertente do olhar, que se exprime nesta concepção de infância em crise.

Em crise, mas que nem por isso retira o estatuto à criança de depositária da esperança no futuro, quando considerada globalmente do ponto de vista simbólico na sociedade portuguesa. Não é por acaso que somos basicamente educadores e continuamos a acreditar vivamente que a transformação da realidade social portuguesa passa muito pela educação e pelo investimento que é feito nas crianças e no seu processo de crescimento e de desenvolvimento. Participamos, portanto, dessa atriesperança.

Entre a crise e a esperança – é esta a polaridade que caracteriza simbolicamente a infância.

Daqui resulta um conjunto de consequências com implicação política e que sumário brevemente.

Em primeiro lugar, as realidades da infância contemporânea caracterizam-se sobretudo pela complexidade. Com efeito, a complexificação das condições da existência é o traço mais marcante. Melhoraram indicadores sociais, mas agravaram-se as desigualdades. O processo de aprendizagem necessariamente sofre os efeitos destas transformações e, em particular, sofre os efeitos decorrentes de uma sociedade que está numa linha de individualismo institucionalizado, para utilizar a expressão do sociólogo alemão Ulrich Bech.

É este individualismo institucionalizado que tem consequências na condição do aluno que é, simultaneamente, complexificada e, por outro lado, está jogada nesta difícil compatibilização entre as expectativas e as possibilidades de satisfação dessas mesmas expectativas. Neste quadro, a escola não pode ser pensada como o espaço da resolução dos problemas sociais, os problemas sociais resolvem-se a montante, mas é em todo o caso um espaço educativo e um lugar onde estas contradições têm lugar, onde elas se revelam sob várias as formas, assumindo por vezes o estatuto de os conflitos em torno do processo de ensino e aprendizagem. As escolas não podem ficar indiferentes a estes problemas sociais.

A pluralização dos códigos de referência, de valores, de representações, de modos de acesso ao saber, configura uma sociedade multicultural, em que a complexidade se exprime também nos modos de articulação de processos simbólicos, não necessariamente todos compagináveis. Este desafio intensificou-se marcadamente nos últimos vinte anos.

O reforço do cuidado e da educação das crianças, nomeadamente por efeito de uma maior intervenção pública junto das crianças, exige políticas mais integradas. Este é um ponto central de todo o trabalho,

como, aliás, foi frisado pela Prof.<sup>a</sup> Isabel Alarcão. A ideia de que a educação não pode ser pensada fora do quadro das políticas sociais tem que ser considerada no âmbito das políticas educativas como um elo da política social e no quadro mais global de uma política integrada para a infância.

Uma política integrada para a infância significa, desde logo, atribuir intencionalidade educativa à educação dos 0 aos 3 anos. Como sabem, no quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo português há um conjunto de cidadãos portugueses que não estão integrados e esse conjunto é precisamente o dos 0 aos 3 anos. A partir dos 3 anos até ao fim da vida, todos são objecto do normativo constante da Lei de Bases. Portanto, a ideia que daqui subjaz no quadro destas políticas integradas, desta articulação das políticas educativas com as políticas sociais, é da atribuição de intencionalidade educativa dos 0 aos 3 anos.

E, naturalmente, de integração dos percursos sequenciais e da organização do processo educativo dos 0 aos 12 anos. Mas sobre isso vai falar o meu colega Natércio Afonso.